

Título: Ouvindo a juventude na extensão para fazer pesquisa: construindo uma metodologia para rodas de conversa sobre educação em sexualidade com jovens de Rondônia

Tipo de produto: *Ação de extensão inovadora – apresentação livro*

Tipo de apresentação do produto: painel na modalidade presencial

Autor: Antônio Rodrigues Neto¹

Resumo simples

Trata-se da apresentação de novo livro com resultados de pesquisa sobre educação em sexualidade com a aplicação de metodologia extensionista de rodas de conversa com jovens, realizada no ano de 2023. A pesquisa identificou as intersecções de controles, resistências, violências, apoios e acesso à informação sobre sexualidade juvenil, bem como as reações e temas que influenciam a experiência individual e coletiva da sexualidade, além dos níveis de acesso à informação sobre o assunto. A pesquisa desenvolveu e aplicou uma proposta inovadora de extensão, que serve como produto metodológico para projetos de extensão que objetivem interações com a juventude, e resultou na proposta de um modelo de educação em sexualidade, que pode orientar o debate sobre políticas públicas destinadas a este público. Tem como referência teórica a interseccionalidade, quando propõe destacar a perspectiva das juventudes subprotegidas em razão da falta de acesso à educação em sexualidade, o que desfavorece a autonomia e liberdade para autodeterminação informada de sua sexualidade.

Resumo Expandido

O livro “Educação sem sexualidade: os silêncios da aprendizagem pela voz da juventude”, em publicação pela Editora Multifoco (no Prelo), apresenta a pesquisa de Doutorado defendida junto à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo², em 2024, sobre o tema da educação em sexualidade como direito humano da juventude e sua abordagem interseccional. A etapa empírica da pesquisa³ foi realizada no âmbito de ações de extensão universitária com crianças e jovens e resultou em dois produtos tecnológicos: uma metodologia de rodas de conversa sobre sexualidade, que pode ser replicada em projetos de pesquisa e de extensão com objetivos ou público similares, e uma proposta de

¹ <https://lattes.cnpq.br/5426468815726871>

² Tese na íntegra: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-04122024-193943/pt-br.php>

³ CAEE: 70123223.3.0000.5390. Submetido para análise ética do CEP Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP em 01.06.2023. Aprovado em 10.07.23, por meio do Parecer nº 6.172.136.

educação em sexualidade que pode embasar a produção de políticas públicas de juventude focadas na promoção da educação em sexualidade.

As ações de extensão foram realizadas em Minas Gerais e em São Paulo, bem como no contexto do Projeto Rondon, nos estados do Amapá e Bahia entre os anos de 2022 e 2024. A metodologia de rodas de conversa foi inicialmente desenhada, e a cada intervenção-piloto foi sendo aperfeiçoada, resultando em rodas sobre educação em sexualidade organizadas para menores de 10 anos; maiores de 10 anos; e profissionais da educação.

Em relação ao público maior de 10 anos, a ação de extensão resultou na criação de metodologia inovadora centrada na realização das rodas de conversa em perspectiva feminista, interseccional e horizontalizada na produção e circulação de conhecimentos. Com isso, alcançou-se níveis de conforto para participação espontânea (e inclusive anônima) e abrangência na discussão dos temas para além do sexo e da reprodução, favorecendo a abordagem aberta, sem violência nas interações e censura dos temas, de forma contextualizada e linguagem compreensível à realidade das/os jovens.

O livro apresenta a educação em sexualidade com base nos seus modelos, abordagens e reconhecimento como direito humano. Para ilustrar nossa visão sobre o tema e a estratégia que escolhemos para aplicação nas intervenções extensionistas da pesquisa, organizamos a mandala de 12 atributos da educação em sexualidade para a autodeterminação informada da juventude, que podem orientar políticas públicas sobre o tema.

Em 2023, no estado de Rondônia, durante Operação do Projeto Rondon⁴, a metodologia foi utilizada para a realização de rodas de conversa e coleta de dúvidas e manifestações anônimas de estudantes de ensino médio sobre o tema da sexualidade. Na ocasião, foram utilizados dois instrumentos auxiliares: Caixa de Perguntar (para depósito das dúvidas anônimas) e Caixa de Responder (com perguntas-disparadoras). Além disso, a facilitação das rodas foi conduzida por equipe interdisciplinar composta por professor-pesquisador e estudantes universitários das áreas de Direito, Psicologia, Ciências Biológicas, Letras e Farmácia, que atuaram como voluntários de pesquisa e extensão.

⁴ “O Projeto Rondon é uma ação interministerial de cunho político e estratégico do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, destinada a contribuir com o desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais e visando ao fortalecimento da Soberania Nacional.” Mais informações: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/conheca> (BRASIL, 2025)

Também se percebeu a necessidade de se adotar protocolos específicos para acolhimento e abordagem de temas sensíveis.

As ações de extensão resultaram no registro de 5 rodas de conversa realizadas com jovens e 1 roda com educadoras/es, cujas transcrições (preservando-se a identidade das/os participantes) foram categorizadas com o uso do Atlas.ti e apresentadas por meio de figuras, gráficos e tabelas. Com isso, a pesquisa alcançou o seu objetivo de incluir a perspectiva da juventude na produção de conhecimento sobre educação em sexualidade e a interseccionalidade privilegiou a complexidade das realidades deste público que escapam aos discursos universalistas.

A metodologia inovadora de extensão construída para capturar a perspectiva silenciada da juventude pode ser aproveitada em futuros projetos de extensão e pesquisa, mas, em especial, em processos de discussão jurídica sobre o tema, ou de produção de políticas públicas para este fim. A partir do arranjo metodológico, foi possível que a pesquisa ouvisse e fizesse serem ouvidas/os as/os 65 jovens, que se manifestaram espontaneamente durante as rodas ou anonimamente por meio dos 106 registros de dúvidas e manifestações coletados.

A partir da metodologia participativa e ativa, que alinha pesquisa e extensão, propusemos responder o seguinte problema de pesquisa: como as intersecções de controles, resistências, violências, apoios e acesso à informação moldam a experiência individual da juventude, a experiência coletiva em relação ao contexto em que vivem, e níveis de informação no que se refere à sexualidade?

A pesquisa contextualiza a discussão da Tese de que o acesso à educação em sexualidade, já reconhecido como direito humano da juventude, ainda precisa ganhar concretude em termos de políticas públicas para além dos dispositivos legais, por operar como direito em si e meio de acesso a outros direitos, reconhecendo-se o que o silenciamento sobre o tema nos processos de aprendizagem acarreta perda de direitos para as juventudes.

A análise interseccional da educação em sexualidade permitiu iluminar a perspectiva das juventudes subprotegidas em razão da sexualidade, para quem a falta de acesso à educação em sexualidade pode prejudicar o acesso a outros direitos, dar origem ou amplificar vulnerabilidades, funcionando esta, portanto, como um direito-meio que pode tanto favorecer a autonomia e liberdade para a autodeterminação informada da juventude, quanto desfavorecê-la pela desinformação estrutural e ocultamento de

violências que deixam de ser nomeadas porque não se fala sobre estes temas, ou fala-se apenas na medida do interesse dos adultos.

O acesso à educação em sexualidade, com base na análise teórica e os dados coletados na pesquisa, conforme as intersecções traduziram desafios materiais complexos ao direito de proteção integral das/os menores, percebemos que pode funcionar como política de Estado pelo seu viés de interesse coletivo, servindo tanto como ferramenta de proteção da juventude, como atendendo a questão de saúde pública.

O que aprendem ou não sobre sexualidade, na interação com as famílias, nas escolas e outros espaços de socialização, inclusive nos grupos de Whatsapp e na consulta à internet, irá determinar como cada jovem experimentará a própria autodeterminação informada e terá acesso ou não a outros direitos, dentre eles o direito à informação sem censura; acesso à pluralidade de informações no ensino; o direito de não sofrer violência de nenhum tipo, especialmente as de cunho sexual, especialmente as domésticas e intrafamiliares; direito de ter o seu processo especial de desenvolvimento (enquanto menores) respeitado, sem desconsiderar a sua autonomia e liberdade enquanto pessoas; direito de não sofrer discriminação, direito de acessar as melhores condições de saúde possíveis, com base nas informações sobre prevenção, autocuidado, higiene, entre outros.

Em contrapartida, a falta de acesso à educação em sexualidade aparece entrelaçada à desinformação estrutural e diferentes violências que foram relatadas ao longo das rodas de conversa, além de fenômenos daquele contexto como o relacionamento de meninas menores de 14 anos com maiores de idade, a influência da religião e o casamento juvenil. Em síntese, aprendemos que a roda é viva e acompanha o movimento que faz circular novas ideias. Em roda, temas surgem espontaneamente e outros precisam ser constantemente revisitados.

A categorização das intersecções e produção de informações sobre controles, resistências, violências, apoios, acesso à informação, reações e temas presentes durante as interações, bem como o modelo da mandala experimentado, consistem em metodologia em construção para diálogo com as juventudes e abordagem de diferentes temas afetos à sexualidade na educação de jovens que pode estar presente, entre outras, em iniciativas de extensão.

Queremos, com a divulgação dos produtos tecnológicos e dos resultados desta pesquisa, destacar a indispensável perspectiva da juventude nos processos de discussão de direitos e de produção das políticas para educação em sexualidade. Isso porque, no geral, quando tais debates e políticas existem, excluem a participação das/os jovens,

porque há um silenciamento estrutural sobre a sexualidade da juventude, o que repercute nas lacunas de aprendizagens e vulnerabilidades que acompanham jovens dentro e fora da escola, e muitas vezes em suas próprias famílias.

Referências

- BRASIL, S. Diversidade: jurisprudência do STF e bibliografia temática. [s.l.] STF, Secretaria de Documentação, 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Projeto Rondon. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/conheca>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BZGA, B. F. G. A. Sexuality Education in Europe and Central Asia: state of the art and recent developments. Cologne: BZgA and IPPF EN, 2018.
- COLLINS, P. H. Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade como Teoria Social Crítica. Tradução: Bruna Barros. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2022.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. Tradução: Rane Souza. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2021.
- FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2ª edição ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- KETTING, E.; FRIELE, M.; MICHELSEN, K. Evaluation of Holistic Sexuality Education: A European expert group consensus agreement. *The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care*, 2015.
- RODRIGUES NETO, A. Educação em gênero e diversidade sexual: uma análise das políticas educacionais de Campo Grande (MS), no período de 2014-2018. Dissertação (Mestrado)—Faculdade de Direito. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.
- RODRIGUES NETO, A. Educação em sexualidade na Europa e as sexualidades interseccionais do Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 1, p. e74630, 2022.
- RODRIGUES NETO, A.; SANTOS, I. D. C.; BORGES, L. V. M. Judicialização da educação em sexualidade no STF: reflexões sobre direito à informação e ensino. Em: *Temas de Direito Contemporâneo*. Uberlândia: LAECC, 2021. p. 171–203.
- UNESCO. Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO Office Brasília, 2014.
- UNESCO. Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências. 2ª edição revisada ed. Brasília: UNESCO Office Brasília, 2019a.
- UNESCO. Facing the facts: the case for comprehensive sexuality education. *Unesco Digital Library*, , 2019b. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368231?posInSet=3&queryId=ee62c76a-5b69-40a1-b56a-eb9d0198d283>
- UNESCO. Evidências emergentes, lições e práticas da educação integral em sexualidade: revisão global. Brasília: UNESCO Office Brasília, 2020, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378187?posInSet=8&queryId=61a63b34-6182-41b7-91f9-852643c5a0be>. Acesso em: 6 mar. 2024.
- UNESCO et al. The journey towards comprehensive sexuality education: global status report. [s.l.] UNESCO, 2021.

VIANNA, C. Políticas de educação, gênero e diversidade sexual. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

WHO, W. H. O.; BZGA, B. F. G. A. Standards for Sexuality Education in Europe: a framework for policy makers, educational and health authorities and specialists. Cologne: BZgA and the WHO Regional Office for Europe, 2010.

Currículo do autor

Antônio Rodrigues Neto - <https://lattes.cnpq.br/5426468815726871>

Doutor em Direito, área de concentração Direitos Humanos, pela Universidade de São Paulo (FDUSP) (2024). Mestre em Direito, área de concentração Direitos Humanos (2019), e Bacharel em Direito (2017), pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios (FaPPGen) e, atualmente, Pró-Reitor Adjunto de Extensão.